



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE COOPERATIVISMO

ROBSON MACHADO DOS SANTOS

**COMPROMETIMENTO COLETIVO OU GESTÃO DE PODER?
ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS EM UMA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DO SUDESTE PARAENSE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
COOPERATIVISTA**

**ARAGUAÍNA
2017**

ROBSON MACHADO DOS SANTOS

**COMPROMETIMENTO COLETIVO OU GESTÃO DE PODER?
ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS EM UMA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DO SUDESTE PARAENSE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
COOPERATIVISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de Graduação em Cooperativismo.

Orientador: Prof. Welison Portugal de Souza

**ARAGUAÍNA
2017**

ROBSON MACHADO DOS SANTOS

**COMPROMETIMENTO COLETIVO OU GESTÃO DE PODER?
ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS EM UMA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DO SUDESTE PARAENSE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
COOPERATIVISTA**

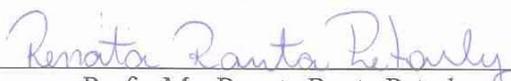
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de Graduação em Cooperativismo.

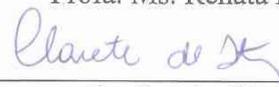
Orientador: Prof. Welison Portugal de Souza

Aprovado em: 23/09/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Welison Portugal de Souza (Orientador)


Profa. Ms. Renata Rauta Petarly


Profa. Ms. Clarete de Itoz

Araguaína
2017

RESUMO

O presente trabalho constitui-se num estudo de caso e a educação cooperativista numa cooperativa agropecuária paraense. A literatura chama a atenção para o relevante impacto que o processo de educação cooperativista causa no ambiente econômico e social desses empreendimentos, visto que partem dos princípios cooperativistas, as regras norteadoras para o processo cooperativo. Como objetivo de identificar a relação cooperativa/cooperado, este trabalho foi estruturado em duas partes: primeiramente, foi feita uma reflexão da literatura sobre o assunto. Na segunda parte foi feito um estudo de caso na cooperativa utilizando-se de entrevista semiestruturada com o presidente da Cooperativa Mista dos Agricultores da Região de Carajás – COOPER -, e leitura minuciosa de seu estatuto. A cooperativa foi escolhida para o trabalho por ser um exemplo local de cooperativismo consolidado e de grande importância para o pequeno agricultor local e para o cooperativismo regional.

Palavras-Chave: Cooperativismo Agropecuário. Princípios Cooperativistas. Educação cooperativista.

ABSTRACT

The present work is the case study cooperative education in a farming cooperative paraense. A literature calls an attention for the relevant impact what the process of cooperative education in economic and social environment of these projects, since departing from cooperative principles, the guiding rules for the cooperative process. Objective to identify the cooperative relationship/cooperated, this work was divided into two parts: first, a reflection of the literature on the subject. In the second part was done a case study on the cooperative using semi-structure interview with the President of the mixed cooperative of farmers of the Carajás -COOPER-, and perusal of your status. The cooperative was chosen for the job because it is a local example of cooperative consolidated and of great importance to the small local farmer and for regional cooperation.

Keywords: Agricultural cooperatives. Cooperative Principles. Cooperative Education.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse realizar este trabalho:

Ao meu orientador, pelo zelo no incentivo e na busca da melhor orientação, e pela atenção a mim sempre dispensada;

A todos os demais professores e colegas de sala, pela dedicação e companheirismo na longa jornada desta graduação;

Aos familiares próximos e distantes, pelo apoio nos momentos bons e nos momentos ruins;

A minha **esposa Rose**, pelo amor, pelo carinho, e por acreditar em tudo que proponho realizar;

Em especial a minha **mãe, Sra. Marilene Machado**, a quem devo a inspiração em realizar esta graduação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237c Santos, Robson Machado dos.
COMPROMETIMENTO COLETIVO OU GESTÃO DE PODER?: ANÁLISE
DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS EM UMA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DO SUDESTE PARAENSE SOB A ÓTICA DOS
PRINCÍPIOS COOPERATIVISTA. / Robson Machado dos Santos. –
Araguaína, TO, 2017.
26 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2017.

Orientador: Welison Portugal de Souza

1. Cooperativismo Agropecuário. 2. Cooperativismo Agropecuário no
Brasil. 3. Princípios Cooperativistas. 4. Educação cooperativista. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO	9
2.2	COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL	9
2.3	PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	11
2.3.1	Adesão voluntária e Livre	12
2.3.2	Gestão Democrática	13
2.3.3	Participação Econômica dos Membros	13
2.3.4	Autonomia e Independência	14
2.3.5	Educação, Formação e Informação	14
2.3.6	Intercooperação	14
2.3.7	Preocupação com a Comunidade	15
2.4	EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA	15
2.5	A COOPER	17
3	METODOLOGIA	18
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Com um começo bastante humilde, o cooperativismo foi se adaptando as diversas áreas das atividades humanas pelo mundo afora. Definido como um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social, o cooperativismo resgata cidadania ao gerar e distribuir renda, promovendo crescimento individual e coletivo, por meio da participação democrática de seus membros com liberdade e autonomia.

As organizações cooperativas, como as demais organizações, buscam mecanismos de gestão para alcançar seus objetivos. Assim, os princípios cooperativistas são normas que foram criadas a partir da necessidade de orientação ao funcionamento dos empreendimentos cooperativos, baseando-se em princípios morais e de conduta, essenciais para o fortalecimento da cooperação na sua prática.

Os empreendimentos cooperativos, em sua grande maioria, ainda encontram dificuldades de se manterem no mercado. As causas são diversas e esse problema passa pela gestão, pela limitação da participação dos seus associados, e, pela própria limitação advinda de seus próprios princípios estatutários. Desta forma, as análises sobre a educação cooperativista e seus princípios, podem contribuir para a elaboração de soluções de possíveis problemas.

O real objetivo deste trabalho consiste em distinguir numa cooperativa agropecuária situada no município de Parauapebas, no estado do Pará, os pontos fortes e os pontos fracos dos princípios cooperativistas, um dos pilares da educação cooperativista, e os objetivos específicos do mesmo que são eles: a) entender qual a relação cooperado na gestão do empreendimento; b) perceber a distribuição de informação da cooperativa junto aos cooperados para sua participação efetiva na vida da mesma.

A metodologia utilizada foi, primeiramente, uma revisão da literatura sobre o assunto, e, posteriormente um estudo de caso na cooperativa utilizando-se de entrevista semiestruturada e pesquisa documental de seu estatuto. A educação cooperativista tem por principal tarefa promover a integração social e a participação ativa de seus associados na gestão do empreendimento.

Nas próximas seções, apresentam-se o referencial teórico, seguido pela metodologia, e ao final, serão apresentadas as conclusões, bem como as considerações finais e suas contribuições para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

2.2 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

O cooperativismo é um processo de associação que aglutina forças de produção, capacidade de consumo e poupança, entre homens livres para desenvolverem-se sócio-economicamente, elevando seu padrão de vida. O objetivo da organização em sociedade não é a promoção do conjunto de pessoas, mas atender as expectativas do indivíduo através do conjunto de pessoas.

Tendo nascido inicialmente na Europa, o cooperativismo espalhou-se para o restante do mundo, presente hoje em dia em todos os países, inclusive no Brasil. De acordo com SANTOS (1998), o movimento cooperativista no Brasil teve seu início no ano de 1847 quando o médico e naturalista francês Jean Maurice Faivre, veio a fundar com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas.

O cooperativismo agropecuário no Brasil ganhou impulso no início do século XX, precisamente no estado de Minas Gerais, quando o então governador da época, João Pinheiro, colocou em prática um projeto cooperativista com o objetivo de erradicar, de uma vez por todas, os intermediários da produção agrícola da região (OCB, 2017).

Na organização da produção e comercialização, as cooperativas têm contribuído para potencializar o local em que estão atuando, como uma somatória de forças para enfrentar mercados cada vez mais competitivos, utilizando-se disso como estratégia empresarial de desenvolvimento local/rural. Isto aponta uma íntima relação entre o cooperativismo X competitividade empresarial X desenvolvimento local, num contexto socioeconômico em que os atores se adaptam a um ambiente que requer, cada vez mais de grupos de associação autônoma, mais flexibilização e controle sobre o trabalho, produção e das aspirações das necessidades econômicas, culturais e sociais. Nesse contexto fica expressa a forma organizacional de caráter empresarial e de caráter social dessas associações de pessoas, que se unem voluntariamente.

Desse modo, a organização cooperativista é um interessante instrumento de coordenação de relações de contrato que possibilita a agregação de valor às atividades produzidas pelos produtores rurais, e por esta razão é que estas organizações passam a ser muito importantes na agropecuária (BIALOSKORSKI NETO 2000, p. 240).

Para Zylbersztajn (1994. p. 25-26) as cooperativas agroindustriais desempenham importante papel na coordenação de sistemas agroindustriais, podem ser vistas como formas de integração vertical dos produtores agrícola e pecuário, em direção a atividade de comercialização, industrialização e produção de insumos.

Petarly (2013) cita a Desroche (1976) para conceituar também essas características e complexidade dos empreendimentos cooperativos que destaca:

A pluridimensionalidade das cooperativas resulta do fato de combinar caráter de associação e de empresa, ou seja, de associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um fim comum, através da constituição de uma empresa democraticamente dirigida e na qual os cooperados fornecem uma parte equitativa do capital necessário e aceitam uma justa participação nos riscos e nos resultados. (DESROCHE, 1976 apud PETARLY, 2013, p. 27).

Basicamente, foram as cooperativas que deram o pontapé inicial na nacionalização e comercialização dos produtos agropecuários brasileiros. Pelo Brasil, promoveram a verticalização da produção e a modernização do campo, investindo em novas tecnologias e conquista do mercado internacional. Ao longo do século XX, as cooperativas brasileiras foram reafirmando toda a sua importância para o desenvolvimento e para a economia do país, enriquecendo nossas mesas com seus produtos e alimentos, e garantindo a renda de milhares de produtores rurais. (OCB, 2017).

O cooperativismo agropecuário tem importantíssima participação na economia do Brasil, pois responde por quase 50% de todo PIB¹ agrícola envolvendo mais de 1 milhão de pessoas, com 1.597 instituições e 180,1 mil produtores cooperados. Estima-se que 48% de tudo que é produzido no agronegócio brasileiro passam de alguma maneira, por um empreendimento cooperativista. (IBGE, 2006).

A perspectiva que identifica o empreendimento cooperativista rural como fator de organização econômica e gerador de riqueza, identifica-o também como um importante instrumento gerador de competitividade para o setor, organizando produtores sob bases democráticas, contribuindo para geração de emprego e renda (BEL DURÁN, 1997).

¹ Produto Interno Bruto, que representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, ou país, durante um determinado período de tempo.

Os empreendimentos cooperativistas, sem dúvidas, foram os que deram o pontapé inicial a nacionalização do comércio de produtos agropecuários brasileiros, alavancando a produção, modernizando o campo, investindo em tecnologia e expandindo-se para o mercado internacional, além de tudo, contribuindo para manter o agricultor no campo, oferecendo serviços a seus associados. Ao longo de todo o século XX, e início do século XI, reafirmaram sua grande importância para a economia do nosso país, promovendo em sua essência, a distribuição de riquezas, a melhoria da qualidade de vida dos associados, o desenvolvimento sustentável local, balizados em princípios de ajuda mútua, equidade e democracia.

2.3 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Os princípios cooperativistas são as leis que fazem reger as condutas a qual as leis são criadas, e as regras aí são ditadas. São as mais importantes regras de conduta a serem seguidas pelos associados, a fim de, promoverem o ideário cooperativista (CANÇADO et al., 2012). Sua compreensão e a aderência aos princípios cooperativistas são fatores importantíssimos para o sucesso do empreendimento cooperativista, tão quanto são os processos gerenciais para os outros tipos de organização. (BARTON 2000). Cançado (2007, p.44), ressalta que os princípios cooperativistas foram primeiramente² determinados pelos precursores do cooperativismo de Rochdale, Inglaterra, que, passaram posteriormente por discussão na ACI³. Em 1921, na Basileia, houve o 10º Congresso da ACI, em que as cooperativas foram recomendadas a seguirem os princípios de Rochdale.

A partir daí, então, os princípios cooperativistas passaram por alterações no decorrer dos anos de 1937, 1966 e 1995, adaptando-se as realidades cooperativistas de cada época de suas alterações. Em 1995, durante o Congresso da ACI, em Manchester, também na Inglaterra, foi feita a redação dos Princípios dos pioneiros de Rochdale.

O quadro 1 a seguir demonstra as Evoluções dos Princípios Cooperativistas segundo a Aliança Cooperativista Internacional – ACI:

² Estabelecidos durante a constituição da 1ª cooperativa formal, em 1844, pelos 28 tecelões em Rochdale.

³ Aliança Cooperativa Internacional. Instituto Superior criado em 1895, durante o segundo encontro internacional de [cooperativas], este realizado no Museu Social de Paris, passando a ser a entidade responsável pela discussão dos princípios cooperativistas.

Quadro 1

Evolução dos Princípios Cooperativistas			
Estatuto de 1844⁴ (Pioneiros de Rochdale)	Congresso da Aliança Cooperativista Internacional		
	Congresso 1937⁵ (Paris)	Congresso 1966 (Viena)	Congresso 1995 (Manchester)
1. Adesão Livre. 2. Gestão democrática. 3. Retorno pro - rata das Operações. 4. Juros Limitados ao Capital Investido. 5. Venda a Dinheiro. 6. Educação dos Membros. 7. Cooperativização Global.	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros: 1. Adesão aberta. 2. Controle ou Gestão Democrática. 3. Retorno Pro-rata das Operações. 4. Juros Limitados ao Capital. b) Método Essencial de Ação e Organização. 5. Compras e Vendas a Vista. 6. Promoção da Educação. 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social). 2. Gestão Democrática. 3. Distribuição das Sobras: a) Ao desenvolvimento da cooperativa; b) Aos serviços comuns; c) Aos associados pro - rata das operações; 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social. 5. Constituição de um fundo para a Educação dos Associados e do Público em Geral. 6. Ativa cooperação entre as Cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	1. Adesão Voluntária e Livre. 2. Gestão democrática. 3. Participação Econômica dos Sócios. 4. Autonomia e Independência. 5. Educação, Formação e Informação. 6. Intercooperação. 7. Preocupação com a Comunidade.

Fonte: Cançado e Gontijo (2004, p.4) e adaptado pelo autor.

A ACI- Aliança Cooperativista Internacional, é o órgão fortalecedor dos empreendimentos solidários, destacando o fomento da educação cooperativa como possível elo para a aplicação dos demais princípios cooperativistas. Serão descritos a seguir os sete princípios cooperativistas aplicados na atualidade:

2.3.1 Adesão Voluntaria e Livre

Esse princípio garante o direito à liberdade que cada indivíduo tem em decidir associar-se a uma cooperativa que lhe atenda aos seus anseios e as suas necessidades,

⁴ Esta é considerada por diversos autores como a primeira, por terem sistematizado seus princípios e valores em seu estatuto.

⁵ Os Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros eram obrigatórios para a adesão a ACI, enquanto os métodos Essenciais de Ação e Organização tinham caráter de orientação (SCHNEIDER, 1999).

aceitando ser um membro de acordo com as normas do empreendimento e de acordo com o seu estatuto, sem discriminação de gênero, social, racial, político ou religioso. (ICA, 2012, tradução nossa). Da mesma forma, seu pedido de saída da cooperativa deva ser voluntária, formalizada oficialmente em próxima assembleia. Tendo o indivíduo objetivos comuns aos da sociedade, e a cooperativa apta a recebê-lo, nenhum obstáculo poderá haver contra sua adesão, devendo o cooperado estar apto a usar os serviços da cooperativa, compartilhando responsabilidades e interesses da cooperativa.

2.3.2 Gestão Democrática

Neste princípio, está a grande diferença entre as cooperativas e as empresas tradicionais, pois as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus associados, que participam ativamente da gestão da mesma, reunidos em assembleia na tomada de decisões e metas de trabalho em conjunto e de suas políticas. Para eleger seus representantes, cada associado tem direito de um voto, independente de quantas quotas-parte ele possua na cooperativa. (CANÇADO et al., 2012). Além disso, poderá ser votado quando estiver em dias com suas responsabilidades na cooperativa e não esta fazendo parte do corpo administrativo da mesma nem ser parente de primeiro e de segundo grau de nenhum associado leito para cargos de diretoria e do conselho fiscal.

2.3.3 Participação Econômica dos Membros

As cooperativas, em sua essência, devem priorizar o homem em detrimento ao capital, valorizando o trabalho e o trabalhador, eliminando a figura do atravessador no seu processo. Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlando-o democraticamente. Para se associar o candidato deve integralizar um número mínimo de quotas-parte estabelecido em estatuto. Para Cançado (2012) estes recursos compõem o capital social da cooperativa, que, quando ao final do exercício acontecer de a cooperativa obter receitas maiores que suas despesas, têm-se sobras voltando ao cooperado como remuneração aos serviços prestados ou aos produtos entregues a cooperativa, depois de descontados todos os encargos e destinações como os fundos obrigatórios (Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social-FATES), e de acordo com o decidido em estatuto.

2.3.4 Autonomia e Independência

Este princípio se faz imprescindível para que aja o princípio da gestão democrática, pois as cooperativas são organizações autônomas e de ajuda mútua e controladas pelos seus membros. Desta forma, as cooperativas devem orientar-se para a não interferência externa na tomada de decisões para o seu desenvolvimento, como órgãos políticos e religiosos, ou parceiras que venha a fazer como estratégia para seu negócio.

2.3.5 Educação, Formação e Informação

Este princípio se constitui desde Rochdale, quando ali existia uma biblioteca para acesso a informação e educação de seus membros. As cooperativas devem promover a educação e a formação dos seus associados e colaboradores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o processo de desenvolvimento de seu empreendimento, informando aos jovens, aos líderes e ao público em geral a qual esta inserida, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. (OCB, 2017). Ao entrarem para a cooperativa, é de fundamental importância que esses novos membros passem por um processo de educação e formação cooperativista, podendo assim identificar-se com o movimento e com o empreendimento cooperativo, exercendo suas funções com consciência e de acordo com a doutrina da cooperação.

2.3.6 Intercooperação

As cooperativas servem melhor e mais eficaz seus membros através das suas estruturas. Trabalhando em conjunto com parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais, dão mais força para o movimento cooperativista. (OCB, 2017). Esse princípio já se apresentava no estatuto de Rochdale, denominado como Cooperativização Global, pela inspiração de idéias de Robert Owen, co-fundador do cooperativismo Rochdaliano. Para Crúzio (2002), a intercooperação trás de forma mais eficaz os resultados para o empreendimento, uma vez que, trabalhando de forma conjunta faz a distribuição de seus produtos e serviços, de forma mais econômica e alcançando mercados cada vez mais distantes dos seus, até mesmo mercados internacionais.

2.3.7 Preocupação com a Comunidade

Após a reunião da ACI em 1995, é que a preocupação com a comunidade passou a fazer parte oficialmente dos princípios cooperativistas, mostrando como a educação e a gestão democrática tem grande importância no estímulo a formação e desenvolvimento sustentável da comunidade e dos cidadãos envolvidos. (CANÇADO, 2012). Não se deve confundir preocupação com a comunidade com responsabilidade social, uma vez que, a responsabilidade social pode não beneficiar a comunidade próxima da atuação dos empreendimentos cooperativos ou não.

2.4 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

O cooperativismo tornou-se uma das principais alternativas para o desenvolvimento social e financeiro para comunidades que o pratica, distribuindo renda e desenvolvimento nas localidades em que atuam. Além disso, os empreendimentos cooperativos exercem, entre outros, o papel de resgate da cidadania pela participação do exercício da democracia, da liberdade, da autonomia, podendo ser uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil (MORATO e COSTA, 2001).

Todavia, as empresas/associativas, muitas vezes encontram dificuldades na sua manutenção junto ao mercado, seja pela limitação de sua atuação, seja por problemas de gestão, seja por conflitos internos ou problemas inerentes a sua comunicação. Para isso, deveria ser o associado coautor e conhecedor do funcionamento desses empreendimentos, dos aspectos práticos e teóricos de seu funcionamento, com voz ativa, com idéias e atitudes dentro de sua participação (FRANCO, 1986).

Como importante ferramenta para o fortalecimento do cooperativismo, a educação cooperativista permite a compreensão entre a educação e a cooperação dentro dos empreendimentos cooperativos.

Schneider (2003, p. 15) afirma que:

A educação cooperativa, além de capacitar as pessoas a adquirirem um melhor conhecimento sobre o que é e exige a cooperação, sobre o que é a identidade específica das organizações cooperativas, visa igualmente atrair novos associados, reforçar e qualificar a participação dos cooperados, reciclar os funcionários para que eles possam ter um bom relacionamento com os co-proprietários do empreendimento e, também, para conhecer melhor a organização na qual trabalham. (SCHNEIDER, 2003, p. 15).

A educação cooperativista articula essencialmente a construção da identidade cooperativa comum entre os cooperados, com vistas à dignidade humana, seus valores, normas e princípios, para o gerenciamento dos processos social e econômico, operacional e comercial das organizações cooperativistas. Assim, o fomento da educação cooperativista, oportuniza aos sócios o exercício participativo na vida de sua cooperativa e o compartilhamento nas decisões desta e dos benefícios de sua dupla natureza. Não se pode pensar as dimensões econômicas, política e social sem que se pratiquem ações cooperativistas dentro dos empreendimentos coletivos, e isso só se faz através da conscientização na educação cooperativista. Então, essa tem a função central de interiorizar o indivíduo para o social, superando-se a situação de simples soma do autointeresse para produzi-lhe a identidade grupal. (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2007, p. 13). Nessa mesma linha de raciocínio Schneider (2003) propõe que, a educação cooperativista deve promover a reflexão e a discussão dos envolvidos para as ações, de forma contínua, gradualmente despertada pelo interesse em transforma-lhes em agentes do próprio desenvolvimento.

Assim, Ferreira e Presno Amodeo (2008) definem a educação cooperativista como objetivo principal:

[...] contribuir para que os associados aprendam a cooperar, participar e gerir a cooperativa da qual são os donos, compreendendo, deste modo, qual o seu papel na organização. Para tanto, é necessário que entendam o que é uma cooperativa, o que as diferencia de outros tipos de empresas, como se dá o seu funcionamento, como se estrutura, atentando, ao mesmo tempo, para os valores e princípios que norteiam o cooperativismo e que determinam diretamente sua identidade e a sua cultura organizacional. Os funcionários também precisam saber as especificidades das cooperativas, entendendo qual é a sua função dentro desta organização (FERREIRA; PRESNO AMODEO, 2008, p. 3).

Desse modo, deve se reforçar a idéia de que, as cooperativas têm que se preocupar com a satisfação de seus clientes, trabalhando a fidelização de seus cooperados para o bom funcionamento do empreendimento. Todavia essa é uma via de mão dupla, pois somente com a utilização dos serviços oferecidos pela cooperativa e de sua participação ativa, que se consegue o fortalecimento das relações cooperativa/cooperado, oferecendo-lhes melhores serviços. Isso só pode ser conseguido através da educação cooperativista de todos os envolvidos no dia-a-dia da cooperativa.

Esta discussão se justifica na escolha do tema deste trabalho como também, auxilia na elaboração das análises como ferramentas para a investigação do problema de pesquisa apresentados nos resultados.

2.5 A COOPER

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás – COOPER – é uma sociedade de natureza civil e sem fins lucrativos, regida pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, em sincronismo com programas de autogestão. Foi fundada em 08 de março de 1997, na cidade de Parauapebas, no estado do Pará, com a necessidade de estimular o associativismo dos produtores de frutas da região para o extrativismo, a produção e comercialização de polpas de frutas, bombons e outros subprodutos.

No ano de 2007, a Cooper já alcançava 74 associados enquanto aumentava a sua estrutura de produção e expansão para outras regiões vizinhas, como a abertura de uma nova filial em Canaã dos Carajás, assim como também aumentava os critérios para a adesão de novos associados⁶ ao seu quadro social.

A Cooper, em 2013, era apontada como de extrema relevância para os pequenos agricultores e ela associados, pois, a vulnerabilidade de suas produções frente às oscilações de ofertas e demandas do mercado consumidor local trazia prejuízos. Assim, a cooperativa se comprometia a comprar perdas da produção de seus associados como forma de incentivo ao produtor na sustentabilidade de seu negócio, de acordo com (MELLO- THÉRY, N. A.; LEITE, C. F, 2016, p. 300).

Sendo assim a principal função das cooperativas:

“[...] intermediar o mercado e as economias dos cooperados, promovendo-lhes o seu processo de crescimento individual, do grupo e da comunidade” (SIMIONI et al., 2009, p. 03).

Atualmente, a Cooper têm 139⁷ cooperados, que contam com apoio financeiro por parte da cooperativa, como empréstimos para fazerem frente às adversidades na manutenção de suas produções. Além disso, distribui seus produtos nos pontos de comércio da cidade de Parauapebas e região, fornecendo ainda, freezers personalizados com o logo da marca Cooper em todos os pontos de vendas. Ainda a cooperativa desenvolve, junto a seus associados,

⁶ Informações obtidas através de citação em artigo publicado em revista (GEOUSP – Espaço e Tempo, Online, v. 20. n. 2, p. 303, mês 2016).

⁷ Dados obtidos através de entrevista com o presidente na sede da cooperativa em 07/2017.

trabalhos de preservação das espécies nativas nas suas propriedades, como política de desenvolvimento sustentável⁸.

3 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, se utilizou das pesquisas descritiva e qualitativa no intuito de se chegar a algumas conclusões sobre os pontos fortes e pontos fracos dos princípios cooperativistas, percebidos em um empreendimento cooperativo agropecuário do sudeste paraense conceituados a seguir:

Na pesquisa descritiva;

Andrade (1999, p. 17) afirma que “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisadas, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados e não manipulados”.

Na pesquisa qualitativa;

Richardson (1999, p. 90) afirma que “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Sendo estas as abordagens a serem dadas, definimos como técnicas de coleta de dados a aplicação de entrevista semiestruturada ao presidente da cooperativa Cooper. Como método para o desenvolvimento do trabalho foi escolhido estudo de caso, por ter sido realizado em único cenário que, como afirma Yin (2005, p. 32) “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos”.

O estudo foi aprofundado no tema sobre princípios cooperativistas, analisando as falas gravadas em áudio com o presidente da cooperativa e realizando leitura minuciosa de seu estatuto.

⁸ Conceito que fundamentou a Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro. Para saber mais sobre o tema que não é objeto de análise deste trabalho, acesse o conteúdo disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>.

Para Zanella (2009, p. 86):

O estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetivos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pouca amplitude. É uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, baseia-se em várias fontes e evidências, enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e beneficiar-se do desenvolvimento prévio de preposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. (ZANELLA, 2009, p. 86).

Sendo assim, este artigo trata-se de um estudo de caso realizado na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás – COOPER -, com o objetivo de detectar possíveis problemas relacionados ao comprometimento do(s) seu(s) dirigente(s) para com a participação acessível e democrática de seus associados.

A escolha da cooperativa COOPER se deu pelo contato próximo com sua sede e, conhecer de perto os seus produtos junto ao comércio local, e também, por saber de algumas falhas que poderiam estar permeando sua gestão. A cooperativa Cooper tem sua sede localizada no município de Parauapebas. PA, localizada a 719 km de distância da capital Belém, e a sudeste do estado, conhecido por estar assentado na maior província mineral do planeta chamada complexo de Carajás, pertencente à Bacia Amazônica, conforme demonstra abaixo a figura 1:

Figura 1 Localização de Parauapebas no estado do Pará.



Fonte: www.wikipedia.org.br, 2017.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira teve como base uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas sobre a educação e princípios cooperativistas, e, cooperativismo agropecuário; a segunda se deu por meio do levantamento de informações com visita a sede da cooperativa coleta de dados através de entrevista semiestruturada com o presidente da cooperativa, sendo gravado o áudio e realizados em 04 de julho de 2017.

Assim, abordamos como vem sendo percebidos os pontos fortes e fracos dos princípios cooperativista no contexto do cooperativismo através de análises da entrevista e demonstrados em um quadro de comparações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o que demonstra à entrevista feita com o presidente da Cooper e análise de seu estatuto, a cooperativa, de um modo geral, segue os princípios do cooperativismo, uns mais observáveis que outros. Serão verificados, de uma forma simples, os resultados adquiridos na coleta de dados em entrevista realizada, projetando comparações entre os princípios cooperativistas e seus pontos fortes e fracos dentro da cooperativa, como demonstrado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2

Princípios cooperativistas	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Adesão livre e Voluntária	Crescimento contínuo.	Possível restrição a entrada em relação a distância da comarca sede da cooperativa.
Gestão Democrática	Liberdade de opinião nas poucas assembleias realizáveis.	Não há desenvolvimento de canais de comunicação (home Page na internet, Call Center) que disponibilize um maior envolvimento dos cooperados com o dia a dia da cooperativa.
Participação Econômica dos Associados	Integralização de quotas partes facilitado.	-----
Autonomia e Independência	-----	Influência relativamente forte dos agentes da política local.
Educação, Formação e Informação	Suporte da OCB-SESCOOP-PA.	Cursos, palestras e reuniões realizáveis esporadicamente.
Intercooperação	-----	-----
Interesse pela Comunidade	-----	Programas direcionados a poucos associados ou a nenhum.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados coletados em entrevista realizada na COOPER em 07/2017

Dados os resultados das comparações, pode concluir-se que a cooperativa (Cooper), de maneira geral, atende em partes os princípios do cooperativismo definidos pela ACI. Todavia, alguns princípios devem receber atenção por parte da atual direção da cooperativa que são eles: Gestão Democrática, Educação, Formação e Informação, para que possam, de fato, contribuir para o crescimento e a consolidação do cooperativismo. Percebe-se que o dirigente tem pouca noção, ou não as explicita, das atribuições de seu cargo, no que se refere às prestações de informações contínuas e eficazes junto aos seus cooperados, como relatado em depoimento:

[...] aqui a gente temo... a cooperativa ela tem o conselho fiscal, que a cada mês faz um... uma vistoria na... nas conta, e... é de portas abertas pra qualquer sócio que quiser ter as informação vim ao secretario que mexe com essa área da contabilidade pra ele da explicação e mostrar tudo que é feito.

Ainda nesse mesmo raciocínio, em seu depoimento relata o seu entendimento sobre a efetividade de alguns mecanismos de comunicação como forma transparente e de boa governabilidade democrática:

[...] nem tudo que se trata na cooperativa é botado na internet. Tem muitos assuntos que é dos assunto interno[...] principalmente quando se trata de valores, por que quando se... se trata na área comercial cê botá valores de venda, valores de...de movimentação de dinheiro, cê, na internet, cê vai causar um grande pobrema com as pessoas que deseja fazer o mau, assaltar e isso tudo, então isso não é viável a gente botá na internet .

Devido ao duplo papel que assumem os cooperados, é latente a reflexão sobre um planejamento gerencial que direcione para um acesso a informações mais transparente e desburocratizado, de médio a longo prazo, para que não venham a acontecer incidentes críticos que possam envolver toda organização. Deve-se, todavia, melhorar a comunicação com os cooperados afim deles tanto receberem melhor as informações quanto valer de suas opiniões de forma diferente como fortalecimento e um aumento de sua participação nos resultados do seu empreendimento.

A profissionalização de membros administrativos, na atual gestão ou para os próximos candidatos, se fará através de uma política solida voltada a educação de todos os envolvidos, pois são poucas as reuniões e palestras oferecidas, limitando sua informação quanto às ações exercidas no dia a dia do empreendimento. Não há canais de distribuição de informações precisas sobre a cooperativa para seus associados, tais como: boletins informativos internos e externos, remessa de malas diretas aos cooperados, atendimento via telefone, ou mesmo um contato efetivo na própria sede da cooperativa. Nota-se que o cooperado, quando necessita

informar-se sobre o dia a dia da cooperativa utiliza-se de um único mecanismo estatutário chamado conselho fiscal, que não tem a finalidade de informar a todo o momento o associado, e sim o dirigente/presidente que detém a responsabilidade de reproduzi-los.

A fragilidade de uma proposta educativa se traduz no desinteresse para a cooperação, promovendo o individualismo e a falta de unidade entre o grupo em detrimento das ações coletivas. Neste sentido, trabalhar a educação cooperativista é articular saberes e fazeres na cooperação para possibilitar a ruptura dos limites de um contexto de crise e de dificuldades.

Dados resultados, partiremos para as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados desta pesquisa, pode-se perceber que, a cooperativa – Cooper- não consegue aplicar em totalidade os princípios cooperativistas. Como dificuldade na aplicação de todos os princípios está alguns como a próprio interesse pela comunidade, onde o dirigente tem suas próprias deficiências a respeito dessa importante ferramenta frente à gestão do empreendimento.

A educação, formação e informação são os pilares para a cooperação, pois a partir desses princípios se alcança êxito nos demais. As cíclicas mudanças na gestão da cooperativa podem influenciar positivamente na prevenção de conflitos de interesses, pois envolvendo mais o cooperado motiva-o na participação gerencial da mesma e não em uma gestão/patrão, ou gestão de poder. Desta forma, fazer com que o associado empodere de sua cooperativa, através da educação cooperativista, é fazê-lo romper com as barreiras do poder e promover mudanças de cultura organizacional para uma sucessão de gestão qualificada e comprometida com o cooperativismo. Tendo o cooperado mais próximo do empreendimento é a garantia de que possa alcançar as vantagens que, individualmente, não conseguiria para posteriormente atuar com outras organizações, individualmente ou em associação na busca de um maior valor adicionado aos seus produtos ou serviços. Nesse sentido, a cooperativa deve trabalhar no sentido de sua sobrevivência no mercado de acordo com seu arranjo, competindo com outros arranjos institucionais explorando vantagens e trabalhando para superar as desvantagens que todos eles têm.

Investir na aprendizagem de todos os membros da cooperativa seja associado, colaborador ou prestador de serviços diretos ou indiretos, deve ser prioridade estratégica da

gestão. A qualificação na gestão trás o acompanhamento da evolução da sociedade e dos empreendimentos, que proativa, fomenta e potencializa a cooperação e valores da ajuda mútua, com responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade entre todos os envolvidos.

Assim, nossa pesquisa não identificou informações mais relevantes sobre outros princípios fundamentais do cooperativismo, visto que nosso objetivo esteve focado nos princípios da gestão democrática e Educação, Formação e Informação, ficando aqui registradas as limitações percebidas na pesquisa referente ao questionário aplicado, bem como a delimitação da amostra abrangendo somente o presidente da cooperativa. Desta forma, percebe-se que a cooperativa ainda precisa de profissionais qualificados para o total exercício da cooperação democrática dentro de seu estatuto e dos princípios cooperativistas, fazendo frente aos desafios que o cooperativismo está enfrentando. Contudo se faz necessária a melhor utilização dos canais de comunicação para compartilhar informações que envolva todos os sócios na tomada de decisões. Sem duvidas é preciso ouvir mais os cooperados envolvendo-os no dia a dia do seu empreendimento, e isso se faz trabalhando a educação cooperativista para que o cooperado compreenda o que é cooperativa e o porquê de tudo acontecer. Além disso, o ajuda a criar maior vinculo afetivo com sua cooperativa, reduzindo o oportunismo e aumentando sua fidelidade e participação no sucesso da cooperativa.

Por fim, fica a sugestão para a realização de trabalhos futuros que ajudem a elucidar melhor o comprometimento coletivo de todos os envolvidos no empreendimento cooperativo, para o fortalecimento do cooperativismo local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ACI-Aliança Cooperativa Internacional-, 2017. **Co-operative-identity, values & principles**. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ALBA, Dinara. **Normalização de trabalhos acadêmicos: uma análise dos serviços oferecidos por bibliotecas da UFRGS. 2013**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88783>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT-. **Coletânea de Normas Técnicas e Elaboração de TCC**. Dissertação e Tese. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. Disponível em: <http://unicentroagronomia.com/destino_arquivo/nbr_6023_referencias.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

BERTUOL, Rafael, AC CANÇADO, and MFA SOUZA. "A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins." *AOS–Amazônia, Organização e Sustentabilidade* 1.2 (2012). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v1n2p7-18>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccici103/Leis/L5764.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios na pratica**. Salvador: IES, 2007. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/airton_cardoso_cancado_-_autogestao_em_cooperativas_populare.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 2 ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/releituralivros/helnon-de-oliveira-cruzio-como-organizar-e-administrar-uma-cooperativa-colecao-fgv-pratica-565858762>>. Acesso em: 28 ago. 2017

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 9. ed. Porto Alegre: WS Editora, 2000. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/b/g-j-holyoake/os-28-teceloes-de-rochdale/1710159752>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

IBGE- Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Segunda apuração. Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em: 20 jul.2017.

Jornal O GLOBO. **O Desempenho do setor.** Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/busca/?q=CNA+O+Desempenho+do+Setor+02%F2017>>. Acesso em: 04 set. 2017.

MELLO-Théry, N, A.; LEITE, C. F., **Sustentabilidade na agricultura familiar e a influência dos atores regionais:** estudo de caso da região de Parauapebas- PA. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 295-311, mês. 2016. ISSN 2179.0892. Disponível em: <<http://www.revista.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

MENDES, M.M, and CS PASSADOR. Título: **Educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados:** verdades incertas. "[2009?]. Disponível em:

<<https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/18.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. **Cooperativismo, Associativismo.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>>. Acesso em 21 ago.2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: **Os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009>.

Acesso em: 14 ago. 2017.

OCB- Organização Das Cooperativas Do Brasil. **Somos o Cooperativismo.** Disponível em:

<http://www.ocb.org.br/ramo-agropecuario>. Acesso em 21 ago.2017.

PETARLY, Renata Rauta. **Assistência Técnica e Extensão Rural Para Que?** – O caso da cooperativa agropecuária de patrocínio. 2013. Dissertação (mestrado em Instituições Sociais e Desenvolvimento; Cultura, Processos Sociais e Conhecimento)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/handle/123456789/4189>>. Acesso em 05 jun.2017.

SEBRAE , Sebrae Nacional. **Os Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principios-do-cooperativismo>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva M. **Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos**. Revista Agrotropica. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/Agrotropica/vol%2019/3.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

SIMIONI, Flávio José et al. **Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão**. Scielo, *Rev. Econ. Sociol.Rural* vol.47 no.3 Brasília July/Sept. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

WIKIPEDIA.ORG/WIKI. **Localização de Parauapebas no Brasil**. disponível em: <<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Parauapebas>>. Acesso em: 15 set. 2017.